



**Texto para Discussão 031 | 2023**

***Discussion Paper 031 | 2023***

## **Ordem internacional e evolução cognitiva: uma abordagem para o Concerto Europeu através da Grande História (1815-1853)**

**Daniel Barreiros**

*Professor Associado do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ*

*Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ*

*International Big History Association*

*daniel.barreiros@ie.ufrj.br*

*daniel.barreiros@bighistory.org*

This paper can be downloaded without charge from

<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

# Ordem internacional e evolução cognitiva: uma abordagem para o Concerto Europeu através da Grande História (1815-1853)

Dezembro, 2023

## Daniel Barreiros

*Professor Associado do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ*

*Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ*

*International Big History Association*

*daniel.barreiros@ie.ufrj.br*

*daniel.barreiros@bighistory.org*

## Resumo

A compreensão da tomada de decisões e da estratégia na arena internacional se beneficia de uma abordagem histórica em várias escalas. A grande história (*big history*), que estuda a interação entre processos culturais, evolutivos e cosmológicos, pode ser uma ferramenta valiosa para melhorar nossa interpretação do comportamento estratégico dos atores políticos. Em um cenário sistêmico no qual a capacidade de antecipação é um ativo fundamental, a abordagem pode ajudar a identificar possíveis fontes de desordem no sistema internacional. Nesta apresentação, examinaremos o Concerto da Europa (1815-1853) como um estudo de caso. Quando os formuladores de políticas tentam compreender sistemas de atores inter-relacionados, tomar decisões e prever o comportamento de outros, usam um conjunto complexo de ferramentas mentais que combinam arquétipos cognitivos etológicos (moldados e fixados no inconsciente coletivo por seleção natural há milhões de anos) e informações culturais (geradas por esses arquétipos e capazes de potencializar ou suprimir a expressão dessas estruturas inatas). No Congresso de Viena (1814-1815), estadistas tentaram criar um sistema de estabilidade política na Europa pós-napoleônica, e para tal modelaram o comportamento coletivo das Grandes Potências de duas maneiras: 1) como um único indivíduo de status elevado em um grupo social composto por outras nações europeias de status inferior; 2) como um grupo igualitário, governado por consenso e protegido de disputas internas. Ambas essas imagens, que influenciaram as instituições e políticas do Concerto Europeu, contrariavam expectativas etológicas, o que tornava progressivamente instável e suscetível a falhas a compatibilidade entre a compreensão inconsciente dos agentes e o funcionamento efetivo das instituições políticas. Por esse ponto de vista, o fracasso do Concerto Europeu pode ser interpretado como resultado da incompatibilidade entre instituições de curto prazo e as expectativas etológicas do inconsciente social humano construídas durante milhões de anos de evolução cognitiva.

## Abstract

The understanding of decision-making and strategy in the international arena benefits from a historical approach at various scales. Big history, which examines the interaction between cultural, evolutionary, and cosmological processes, can be a valuable tool in enhancing our interpretation of the strategic behavior of political actors. In a systemic scenario where anticipatory capability is a fundamental asset, this approach can help identify potential sources of disorder in the international system. In this presentation, we will examine the Concert of Europe (1815-1853) as a case study. When policymakers seek to comprehend systems of interrelated actors, make decisions, and predict the behavior of others, they employ a complex set of mental tools that combine ethological cognitive archetypes (shaped and hardwired in the collective unconscious by natural selection over millions of years) and cultural information (generated by these archetypes and capable of either enhancing or suppressing the expression of these innate structures). At the Congress of Vienna (1814-1815), statesmen endeavored to create a system of political stability in post-Napoleonic Europe. To achieve this, they modeled the collective behavior of the Great Powers in two ways: 1) as a high-status individual in a social group composed of other European nations of lower status; 2) as an egalitarian group, governed by consensus and shielded from internal disputes. Both of these images, which influenced the institutions and policies of the European Concert, contradicted ethological expectations, progressively destabilizing and rendering the compatibility between agents' unconscious understanding and the effective functioning of political institutions susceptible to failures. From this perspective, the failure of the Concert of Europe can be interpreted as a result of the incompatibility between short-term institutions and the ethological expectations of the human social unconscious constructed over millions of years of cognitive evolution.

## Introdução: o quão realista é a escola realista?

A introdução a esse trabalho certamente soa como uma provocação, mas sua proposta é muito menos crítica do que pode parecer. A abordagem que aqui sugerimos não busca desafiar todos os princípios mais elementares da escola realista, em especial porque não faltam perspectivas críticas, com as quais sempre somos capazes de concordar em parte, mas nunca no todo (marxistas, liberais, estruturalistas, construtivistas, todos têm algo a dizer, mas dificilmente parecem capazes de uma palavra definitiva). Em verdade, o realismo e suas variações mais contemporâneas são o pano de fundo necessário a essa pesquisa, para que entendamos a dinâmica de competição, cooperação, poder e violência entre os coletivos humanos, o que inclui os estados nacionais modernos, sem se restringir a eles.

O que motiva, contudo, nosso apelo ao adensamento da análise é o entendimento de que a escola realista falha, e segue falhando, em dois temas nem sempre valorizados, mas cruciais para todo o seu edifício teórico. E eles remetem às seguintes perguntas: 1) como são tomadas as decisões no sistema internacional? 2) qual é de fato a unidade tomadora de decisões no sistema internacional? Respostas a essas perguntas foram tentadas por outras escolas (Hagan, 2001), mas nenhuma delas me parece de todo satisfatória, especialmente porque tentam contornar os limites do realismo a partir de um raciocínio meramente restrito às ciências humanas e sociais (Rosenau, 1990).

Começemos pelo primeiro problema. No que diz respeito ao processo de tomada de decisões na esfera internacional, poucas vertentes do realismo parecem comprometidas em escapar da força centrípeta ainda exercida pelo pensamento de Hans Morgenthau; e quando o são, não me parecem se afastar dele o suficiente para alcançarem um ponto de vista privilegiado. Como é comumente sabido no campo das relações internacionais, Morgenthau (1948) pressupunha que os estados nacionais, na sua condição de coletivos humanos, agem de forma estereotipada devido a um transbordamento imediato do comportamento de suas partes integrantes (seres humanos) em direção às expressões mais gerais do comportamento coletivo. É por esse motivo que o tema da *natureza humana* emerge como decisivo na estrutura explicativa do realismo clássico (Rösch, 2013). Mas, ao contrário do que comumente se poderia esperar, minha crítica aqui não se baseia na já cansativa argumentação de que seres humanos não possuem natureza alguma - criticada

por Pinker (2004) -, e sim, naquilo em que os realistas clássicos se baseiam ao tentar identificar supostos universais do comportamento humano.

Mas, de que forma se expressaria a natureza humana para Morgenthau? Assumindo, nesse caso, que o comportamento humano é por definição racional (Snidal, 2013), a racionalidade do comportamento humano “natural” implicaria a incontornável capacidade de escolher livremente entre diferentes cursos de ação, com os mesmos pesos e medidas, buscando a otimização do *payoff* das decisões na tentativa de alcançar um determinado objetivo (com menores custos e maiores benefícios). Flertando com a teoria da escolha racional, os realistas clássicos desconsideram em grande medida o problema da assimetria informacional (acreditam que decisões racionais são tomadas, teoricamente, com base em informação perfeita, manipulada de forma livre pelos agentes). Ainda, considerações de caráter cultural e econômico não seriam teoricamente capazes de perturbar de forma decisiva o processo racional de tomada de decisão, o que significaria que contrapor-se a um poder ascendente ou aliar-se a um poder já estabelecido seriam decisões dotadas de mesma valência, sendo apenas determinadas pela avaliação racional de custos e benefícios.

Os realistas clássicos têm uma concepção bastante restrita dos objetivos que os estados nacionais buscam cumprir. A expansão do poder relativo dos estados, de sua autonomia, influência e de sua segurança vis a vis outras unidades estatais seria a expressão final de uma cadeia de decisões que teria base na suposta natureza humana “egoísta”, de que todos os formuladores de política compartilhariam por força de suas circunstâncias biológicas. O egoísmo enquanto comportamento não estaria desacoplado de uma visão estratégica, o que implicaria dizer que a busca do auto-interesse deveria levar em conta as decisões e estratégias de outros agentes, que por sua vez também estariam buscando cumprir o mesmo objetivo.

Não pretendo contestar totalmente a validade empírica da tese do inatismo comportamental a que os realistas clássicos remetem, tendo em vista que não acredito ser esse o problema central (em sentido contrário, aliás, ao grosso da crítica construtivista, totalmente imersa no *SSSM* - *standard social sciences model*). O que essa pesquisa contesta, entre outras coisas, são os caminhos adotados pelo realismo clássico e suas

variantes para se chegar a esse arrazoado, hoje obsoletos, bem como a conclusão de que o “egoísmo” resume o comportamento humano (Williams, 2005).

Obsoleta também é, sem dúvida, a aposta na escolha racional como característica central da tomada de decisão entre humanos. Não que agentes humanos sejam incapazes de comparar de forma pragmática custos e benefícios de duas ou mais ações possíveis. Aliás, essa competência de, a partir de objetivos pré-estabelecidos, racionalizar escolhas buscando a maximização de retornos, é talvez a mais basilar competência cognitiva compartilhada por todas as espécies que compõem a biosfera. Ao contrário das ideias antropocêntricas que marcaram boa parte do pensamento social nos séculos XIX e XX, o potencial para a escolha racional nos parece muito longe de ser uma característica exclusiva de *Homo sapiens*. Em tempo, o comportamento humano é muito mais suscetível a uma determinação multivetorial - que inclui múltiplos vieses culturais e etológicos, irracionais do ponto de vista da maximização de determinado *output* - do que qualquer outra espécie viva (Eibl-Eibesfeldt, 1979; Kingstone et al., 2008; Schmitt et al., 1997). Isso implicaria dizer que, considerados objetivos previamente determinados (culturais, etológicos), humanos podem estar mais distantes de um efetivo comportamento maximizador racional do que quaisquer outras espécies, contrariando o senso comum que considera irracionais os animais não-humanos.

Morgenthau legou ao realismo clássico a noção de que, a despeito da existência de problemas de ordem ética e moral, seu papel seria meramente secundário na tomada de decisões nas relações internacionais. Isso implicaria dizer que, em última instância, a busca pragmática pela maximização do *payoff* resultante das ações é o que predominaria na formulação de política. Entretanto, uma decisão só pode ser considerada racional na medida em que maximiza resultados tendo em vista um objetivo previamente estabelecido. E esses objetivos são entendidos pelo realismo clássico de uma forma homogênea e a partir de uma visão razoavelmente estereotipada (segurança, influência, poder), o que, em uma perspectiva crítica, certamente abre espaço para que questões de ordem moral e ética entrem no circuito em sua fase pré-decisória (impactando a natureza dos objetivos a serem alcançados pela política externa). Em suma, a racionalidade da decisão depende do objetivo a ser alcançado, e na medida em que a tradição do realismo clássico contorna o problema da determinação dos objetivos assumindo-os de forma

estereotipada, ela ao mesmo tempo escanteia a complexidade sociológica, política e, porque não dizer, etológica, da formulação dos próprios objetivos. Ainda que a busca pelo poder, riqueza e segurança saltem aos olhos enquanto objetivos frequentes na esfera das relações interestatais, é certo que essa tríade pode ter múltiplas nuances de acordo com múltiplos determinantes.

## A grande história e as relações internacionais

Os modernos estudos sobre cognição, etologia, evolução e neurociências convergem para considerar a ideia de *tabula rasa* como uma imagem empiricamente inadequada para a arquitetura mental humana. Isso tem permitido nos últimos trinta anos abrir as portas para que o tema clássico da natureza humana seja revisitado, a partir de um ângulo epistemológico, teórico e experimental diferenciado. Desse modo, minha reserva quanto aos postulados do realismo clássico está menos em sugerir que a etologia humana seja central no comportamento das unidades políticas em um sistema interestatal, e mais nas fontes a que recorre em busca de caracterizar universais comportamentais. O recurso exclusivo à história das civilizações nos últimos cinco milênios, e à filosofia política ocidental (especialmente o pensamento de Thomas Hobbes), ainda que de grande importância, aparece hoje como insuficiente, ou mesmo obsoleto. Mesmo a psicologia política, quando acessada pelos realistas clássicos, mostra limitações por seu caráter unidisciplinar. Entende-se, assim, que uma renovação da perspectiva realista enseja um olhar efetivamente transdisciplinar, que leve em conta as relações internacionais no emaranhamento entre diferentes escalas de tempo e espaço, da curta duração e das realidades locais ao macro-tempo evolucionário e aos macroespaços. Essa é uma entre muitas tarefas que podem ser cumpridas pela grande história (*big history*).

A grande história consiste de um programa de pesquisa transdisciplinar, com aspirações a se tornar um paradigma de convergência entre as ciências humanas e as ciências naturais (Christian, 2018; Spier, 2008). Ela visa o estudo integrado da transformação e da conservação da matéria, da energia e da informação no universo conhecido. Dito desse modo, seus objetivos podem soar crípticos, mas, no que tange o escopo deste estudo, eles se traduzem nos seguintes pressupostos:

- 1) a história, enquanto um processo de transformação e de permanência, acontece simultaneamente, e de forma emaranhada, em múltiplas durações, do tempo curto ao tempo evolucionário e cosmológico;
- 2) os agentes históricos não se restringem aos agentes humanos, e compreendem tudo que pode se transformar e/ou provocar transformação;
- 3) O pressuposto básico de que somente humanos são agentes históricos em decorrência da volição e do livre arbítrio fetichiza a liberdade agencial humana e ignora deliberadamente a origem pré-consciente das decisões (Soon et al., 2008);
- 4) são sujeitos e objetos da história todos os regimes de matéria, energia e informação empiricamente observáveis, o que, em última instância, torna a história “natural” e a história “humana” indistintas em um contínuo;
- 5) os processos históricos são provocados pelo emaranhamento entre fenômenos de curta, média, longa e longuíssima duração;
- 6) os fenômenos, processos e eventos históricos (FPEs) interagem dinamicamente, e é a resultante dessa interação que produz os vestígios e evidências a partir dos quais a história é investigada.

No âmbito de uma investigação sobre o sistema internacional, os princípios da grande história nos levam a questionar a unidimensionalidade da agência humana e da própria condição sistêmica da rede de interação entre atores estatais e/ou não-estatais. E no que diz respeito à tomada de decisão e à formulação de política, a grande história nos convida a ir além de noções clássicas no campo das ciências humanas que pressupõem a cultura, a consciência, a racionalidade, a volição e o livre arbítrio como elementos descritivos suficientes da agência humana. Na medida em que a curta, a média, a longa (Braudel, 2009) e a longuíssima duração (Chrstian, 2005) se sobrepõem, a ação humana salta aos olhos como emaranhada em uma densa teia formada por determinantes culturais, institucionais e biológicos, em complexa interação.

Desse modo, compreende-se que os atores no sistema internacional tomam decisões sob o peso da interação entre múltiplas camadas de causalidade histórica, que envolvem:

- 1) os eventos particulares (curta duração) nos quais estão envolvidos direta ou indiretamente;

- 2) a conjuntura geopolítica e geoeconômica (média duração) que emerge da interação entre eventos de curto prazo;
- 3) as mentalidades, os sistemas econômicos e culturais (de longa duração) nos quais os atores estão imersos, na maior parte dos casos inconscientemente;
- 4) a arquitetura cognitiva fixada por seleção natural no processo de especiação de *H. sapiens* nos últimos trezentos mil anos, e compartilhada por todos os humanos independentemente de suas culturas particulares (Mithen, 2002).

Um quinto nível de causalidade envolve a condição de objetos complexos em não-equilíbrio termodinâmico demonstrada por determinados sistemas físicos, biológicos e sociais, o que inclui o sistema internacional (ou os sistemas-mundo). Em linhas gerais, esse nível mais amplo de causalidade determina que o sistema internacional será afetado pela inexorável expansão da entropia (desordem, ruptura, aleatoriedade) a não ser que trabalho e energia livre sejam empregados persistentemente para promover uma ação negentrópica (ordenamento) (Crumley, 2006). Nesse texto, contudo, não tratarei da dimensão termodinâmica do sistema internacional (ou do sistema-mundo), ainda que ela seja importante em uma análise a partir da grande história. E por força das circunstâncias de tempo e espaço, será enfatizado o vetor cognitivo-evolucionário na tomada de decisão dos agentes no sistema internacional, já que seus aspectos de duração mais curta são mais comuns na literatura. Isso não implica, sobremaneira, afirmar que este vetor seja determinante sobre os demais; uma abordagem a partir da grande história busca os emaranhamentos, as interações entre níveis de causalidade histórica, e não as determinações de um nível sobre outro.

## **O neorrealismo abre portas para a complexidade sistêmica, sem alcançá-la**

Mas, o que dizer do neorrealismo e das obras inspiradas pelo pensamento de Kenneth Waltz? Sabemos que o neorrealismo em sua versão mais original deixou de lado o tema da natureza humana, fundamental para o realismo clássico, e sugeriu como hipótese que as relações internacionais são determinadas por elementos estruturais próprios da constituição do próprio sistema, com seus pesos e contrapesos, suas pressões estruturais

e institucionais (Waltz, 2018). Então, esses macroelementos operando em conjunto seriam mais do que suficientes para conter os eventuais desvios irracionais dos agentes humanos, provocados por seus limites cognitivos, pela cultura e outros fatores. Em suma, nesse quadro, a atuação dos estados nacionais ganha contornos racionais somente porque os próprios determinantes estruturais do sistema produzem um gargalo seletivo que neutraliza grande parte das ações irracionais humanas - suas consequências para os estados que as tomam são tamanhas que inúmeros mecanismos institucionais e políticos emergem para prevení-las.

O neorealismo tem uma virtude, que é abrir espaço para compreendermos os estados nacionais e o próprio sistema internacional como objetos complexos (Waltz, 1993). Isso implicaria dizer que as propriedades que caracterizam os estados e o sistema são emergentes (Hodgson, 2000): somente se manifestam porque estados e sistemas são, em verdade, redes de interação de agentes; e é somente pelo funcionamento das interações na rede como um todo que determinadas propriedades emergentes se tornam reais e visíveis. Dessa forma, a agência no sistema internacional manifestaria condições e propriedades distintas da agência em nível intra-estatal. Essa distinção talvez explique o motivo pela qual a natureza humana é tida pelo neorealismo em grande medida como irrelevante.

Do ponto de vista da grande história, compreender as unidades políticas e o sistema internacional como objetos complexos é, por assim dizer, algo básico, fundamental. No entanto, muito embora a literatura neorrealista abra espaço para a análise de sistemas complexos, ela está muito longe de se configurar como parte integrante da abordagem pela complexidade. Na análise de sistemas complexos (aspecto teórico fundamental da grande história), é completamente possível que alguns componentes ou agentes tenham poder assimétrico de interferência na dinâmica do sistema como um todo. Isso é conhecido como a presença de "agentes críticos" ou "nós-chave" em uma rede. Esses agentes podem desempenhar um papel desproporcional na dinâmica e na estabilidade do sistema. Em uma rede complexa de interações, sua topologia e as características individuais dos agentes desempenham um papel crucial na determinação de como o sistema se comporta (Ebel et al., 2002).

Alguns agentes podem ter conexões mais fortes, influência sobre um grande número de outros agentes ou uma posição estratégica que lhes confere maior poder de interferência. Esses agentes com maior poder de interferência podem desencadear efeitos em cascata, alterando significativamente a dinâmica do sistema como um todo. Isso pode resultar em mudanças abruptas, emergência de novos padrões ou até mesmo na transição do sistema para estados totalmente diferentes. Esses fenômenos são conhecidos como "mudanças de fase" ou "transições de fase" (Grinin & Korotayev, 2009).

Se o sistema internacional é um sistema complexo (e estou convencido de que sim), isso implicaria dizer que, para além de toda a eventual previsibilidade provocada pelas estruturas, pela lógica do jogo entre unidades políticas autônomas em um ambiente anárquico, haveria um constante elemento de variação, de inovação, de perturbação do funcionamento sistêmico. Ele derivaria do fato de que, devido à topologia do sistema, os componentes demonstram poder de agência absolutamente assimétrico. Isso vale não só para determinados estados nacionais capazes de ação disruptiva, mas também para agentes em nível intra-estatal: sistemas complexos são estruturas aninhadas não-hierárquicas (*nested*, como uma *matrioska* russa) nas quais distintas camadas agenciais se sobrepõem e se influenciam mutuamente, em movimentos *top-down* e *bottom-up* (da base ao topo, do topo à base). E não devemos desconsiderar o fato de que, em última instância, estados não tomam decisões; estados são apenas o *efeito emergente* da interação entre milhares ou mesmo centenas de milhares de agentes humanos e não humanos, biológicos e não biológicos. Até a terceira década do século XXI, humanos, e não estados, tomam decisões. E nessa mesma década, alguma parte da capacidade decisória e executiva em nível estatal já vêm sendo exercida por agentes não humanos e não biológicos (inteligências artificiais).

Essa condição de todo sistema complexo abre espaço para a interação entre o papel do estadista (e de outros agentes críticos intra-estatais) e das ditas *forças profundas*. Essa relação, teorizada pioneiramente por Renouvin e Duroselle (1967), ganhou contornos braudelianos na medida em que a ação do estadista foi associada à curta duração, enquanto as forças profundas foram associadas à *longue durée*. Sob a grande história, as forças estruturais ganham profundidade ainda maior, de modo que podemos pensar como certos atores humanos, na condição de agentes críticos, influenciados pelas circunstâncias

do tempo curto, da conjuntura, das mentalidades e dos modos de produção, mas também pela sua inescapável condição de primatas sociais com uma história evolucionária de milhões de anos, foram capazes de impactar decisivamente os parâmetros de funcionamento de um macrossistema de relações entre unidades políticas, como foi o Concerto Europeu entre 1815 e 1853.

## **Inconsciente e vieses cognitivos na estratégia e na política externa**

O realismo considera pouco ou nada os processos inconscientes que orientam as ações dos formuladores de política e tomadores de decisão. Principalmente, a tradição realista tem pouco espaço para o papel do inconsciente na concepção da própria arquitetura sistêmica, de suas práticas e regras presumidas, de seus códigos de conduta e, principalmente, dos objetivos considerados como de “interesse nacional”. Entretanto, em sua dimensão mais humana, não são poucas as indicações de que toda esfera das relações internacionais está suscetível a vieses e arquétipos comportamentais.

Por exemplo, o viés de confirmação (Kertzer et al., 2020), uma distorção cognitiva, caracteriza-se pela tendência das pessoas em buscar, interpretar e lembrar informações de maneira seletiva, de modo a alinhar-se com suas crenças preexistentes, hipóteses ou perspectivas, enquanto tendem a subestimar, ignorar ou desconsiderar informações que contrariam tais crenças. Este fenômeno psicológico implica uma predisposição humana à assimetria no processamento de informações, em que a validação das próprias convicções é priorizada sobre a acomodação de informações contraditórias. Isso pode estar ou não alinhado a uma perspectiva racional, na tentativa de maximizar meios para determinados fins.

A título ilustrativo, consideremos uma situação em que dois Estados, denominados A e B, se encontram envolvidos em um contencioso fronteiro. Nesse cenário, as autoridades e cidadãos do Estado A podem demonstrar uma inclinação a interpretar as ações do Estado B como intrinsecamente hostis e ameaçadoras por motivos completamente alheios a uma defesa pragmática e racional dos interesses nacionais mais imediatos. Ao mesmo

tempo, e com graves consequências, podem estar propensos a subestimar ou negligenciar gestos conciliatórios ou explicações oferecidas pelo Estado B. Tal conduta é atribuível à predisposição para conceber o Estado B como um adversário potencial, um viés que conduz à seleção de evidências que corroboram essa premissa, ao mesmo tempo em que se desconsidera informações que poderiam questionar essa perspectiva (*cherry-picking*, ou a falácia da evidência incompleta).

Outro exemplo de viés cognitivo inconsciente é dado pela heurística de disponibilidade (Cohen, 2017). Trata-se de um processo cognitivo pelo qual os humanos tendem a julgar a probabilidade de um evento com base em quão facilmente exemplos desse evento vêm à mente. Isso significa dizer que a topografia da distribuição de informação no sistema decisório (o que envolve ações deliberadas como propaganda, censura, “construção de narrativas”, etc) tem um impacto expressivo tanto na formulação quanto na execução da política externa.

Suponhamos, por exemplo, que um governo esteja considerando intervir militarmente em um país estrangeiro. Os líderes políticos e os formuladores de políticas podem ser influenciados pela heurística de disponibilidade ao facilmente lembrar-se (ou serem lembrados!) de casos anteriores em que a intervenção militar foi bem-sucedida e, portanto, acreditarem que a intervenção é uma opção eficaz. As escolas e os jornais no mundo ocidental desde pelo menos o século XIX são instituições poderosas na produção de gargalos heurísticos capazes de impactar todo um sistema de formulação de estratégia: atuam não só na formação intelectual dos *policymakers*, mas principalmente na construção de uma “opinião pública” capaz de reagir a elementos de política externa no *front* doméstico.

Desse modo, parece não faltar elementos que perturbem alguns dos pressupostos centrais da teoria realista, embora nunca no sentido de deslegitimá-los integralmente, mas sim de dotá-los de maior profundidade e complexidade. Mas, se decisões na esfera internacional são afetadas pela mente inconsciente, como se originam esses enquadramentos, essas imagens e vieses involuntários? Ainda que a psicologia política e as ciências comportamentais aplicadas às relações internacionais não sejam reticentes quanto à natureza bioevolucionária dos componentes decisórios inconscientes, são raros os trabalhos que avançam para além da constatação desses componentes, e que promovam

um mergulho transdisciplinar em direção à sua história profunda. Em resposta a esse fato, o presente artigo é um exercício de grande história aplicado à estratégia e à tomada de decisão nas relações internacionais.

## Uma história profunda dos arquétipos sociopolíticos

A crítica construtivista ao realismo é bastante enfática quanto à importância da cultura, das normas e das ideias, especialmente no que tange a formulação dos objetivos de política externa. Falar, então, de arquétipos sociopolíticos pode dar a impressão de que estou tão somente reiterando uma ideia de ampla circulação. Creio não ser o caso. É verdade que o construtivismo rejeita a ideia de cultura como radicalmente indeterminada, o que implica dizer que existem elementos que a produzem, e que esses elementos podem ser conhecidos. Os construtivistas acreditam ainda que as normas culturais são socialmente construídas, e que se transformam ao longo do tempo, criando um panorama menos estático para objetivos e prática da política externa do que aquele assumido pelo realismo. Sem dúvida concordo com essas afirmações, muito embora, como tentarei deixar claro nesse artigo, os ditos elementos promotores da cultura transcendem em muito os limites dos objetos investigados pelas ciências humanas.

A questão que salta aos olhos em uma “crítica da crítica” construtivista são os limites da categoria *tempo* e uma visão um tanto simplista do que se entende pela construção social da cultura. Não se nega que os padrões culturais impactam a política externa e as relações internacionais como um todo, e que possam ser objeto de intensa variação e mutação no espaço e no tempo. Contudo, esse aspecto dinâmico precisa ser posto em perspectiva, já que o problema da transformação e da permanência é função do *jogo de escalas* (Christian, 2005) no qual os fenômenos, processos e eventos históricos ocorrem.

Vistas em suas expressões conjunturais, de média duração, as manifestações da cultura parecem sofrer intensa transformação no ritmo das gerações que se sucedem, especialmente no mundo ocidental desde o século XVIII. Já aos analistas braudelianos, as estruturas culturais e os quadros mentais de longa duração, que se modificam em ritmo secular ou mesmo milenar, podem parecer parte de uma “história imóvel”. E, numa

perspectiva de grande história, a evolução da arquitetura mental e cognitiva de *H. sapiens* produz uma dinâmica de transformação ainda muito mais lenta (medida na escala de centenas de milhares ou mesmo milhões de anos). E nessa escala temporal, isso significa dizer que *todas as expressões da cultura humana* nos últimos trezentos mil anos estão sob o efeito de um mesmo conjunto de estruturas cognitivas inatas, e fixadas por seleção natural.

Isso, sob nenhuma circunstância, significa negar a diversidade cultural. A cultura humana, longe de ser indeterminada e arbitrária, consiste em formas socialmente *condicionadas* de manifestação no tempo curto, médio e longo, de um mesmo conjunto de estruturas arquetípicas compartilhados por todos os membros da espécie *H. sapiens* e produzidas por seleção natural na longuíssima duração. Assim, se um recorte de durações curta e média enfatiza a diversidade e as idiosincrasias das formações culturais, um recorte de longa e longuíssima duração irá iluminar as permanências, as repetições, o conteúdo estereotipado das diversas formas de expressão cultural no tempo e no espaço, bem como permitir a investigação das causas dessas repetições. E essas duas dimensões, o específico e o geral, são existentes de forma simultânea e não excludente. Desse modo, não se trata de decidir entre variação e permanência: trata-se, com efeito, de investigar a *variação na permanência*.

O comportamento político humano, com sua imensa fortuna de manifestações no tempo e no espaço, *encena* um conjunto de processos etológicos fixados por seleção natural desde pelo menos o último ancestral comum entre *H. sapiens* e os chimpanzés-comuns (*Pan troglodytes*), há seis milhões de anos no passado. Os chimpanzés são os últimos herdeiros vivos de uma longa linhagem evolucionária que se separou de outra linhagem de grandes símios, que tem como último herdeiro os humanos modernos. As duas espécies estão ligadas por uma similaridade molecular que alcança 98% de genes compartilhados; ambas apresentam comportamentos convergentes, e que divergem da maior parte das demais espécies da ordem dos primatas. E se é verdade que chimpanzés não são o *proxy* perfeito para formularmos hipóteses a respeito de seu último ancestral comum com os humanos, são a melhor referência que podemos obter. Processos cognitivos e etológicos somente deixam marcas no registro fóssil - quando o fazem - de forma indireta, o que faz com que a primatologia se torne uma importante aliada no estudo dos fundamentos do

comportamento político e nas relações internacionais. E, como a tarefa da grande história é produzir pontes entre as ciências humanas e naturais, essa aliança se torna ainda mais factível (Barreiros, 2021; Barreiros & Vainfas, 2020).

*H. sapiens* e *P. troglodytes* são espécies de primatas sociais. Em nosso caso, sabemos disso por experiência diária (esse artigo não estaria sendo escrito se a sociabilidade humana não fosse intensa; computadores, redes elétricas e internet não existiriam se fôssemos primatas solitários). A sociabilidade entre mamíferos é um traço comportamental que, em circunstâncias ecológicas determinadas, é capaz de ter um impacto positivo no *fitness* reprodutivo dos indivíduos que vivem em grupos. Um grupo social pode ser sensorialmente mais exposto a predadores, mas o grau de atenção coletiva a ameaças no ambiente mais que compensa a exposição (não é simples atacar um grupo de surpresa com muitos olhos a observar e bocas dispostas a soar o alarme). Se uma espécie forma grupos, e esses grupos promovem violência letal uns contra os outros, uma vantagem demográfica pode ser decisiva como meio de defesa (o equilíbrio de poder é o mais poderoso elemento dissuasório no mundo animal, o que inclui os humanos).

E se há vantagens nesses termos, não tarda para que os genes que facilitam esse comportamento se tornem comuns em meio a uma determinada população. Primatas que vivem em grupos sociais, especialmente de grande porte, não raro sofrem efeitos lesivos consideráveis: estresse, assédio, pressão cognitiva para o processamento das interações sociais, disputa por alimento e oportunidades reprodutivas. Não obstante, as vantagens superam os prejuízos, e essa é a fórmula para a fixação de um determinado perfil genético.

O último ancestral comum entre chimpanzés e humanos é uma espécie até hoje desconhecida, e somente podemos saber que existiu porque análises moleculares mostram que, em algum momento entre 8 e 6 milhões de anos no passado, populações que dariam origem à nossa espécie e aos chimpanzés começaram a se diferenciar de uma matriz comum. Muitos espécimes já foram sugeridos como exemplares do UAC (último ancestral comum), mas a verdade é que provavelmente jamais saberemos. De todo modo, não faltam pistas indiretas. E a primeira delas está no fato de que humanos parecem em grande medida primatas muito mais derivados (ou seja, com muitas características morfológicas, fisiológicas e comportamentais diferentes daquelas presentes em espécies ancestrais) do que os chimpanzés. Diante desse fato, e considerando que tanto *H. sapiens*

quanto *P. troglodytes* são descendentes do UAC, é presumível que esse último tenha se assemelhado mais aos chimpanzés do que aos humanos. E se as duas espécies descendentes *compartilham* de traços comportamentais, é muitíssimo provável que esses traços também fizessem parte do repertório do último ancestral comum.

Chimpanzés vivem em grupos de fusão-fissão; isso significa dizer que, a despeito de serem parte de uma mesma comunidade, que interage em determinadas ocasiões, e cujos membros mantêm laços de cooperação e conflito, os integrantes desse macro-grupo frequentemente se separam em unidades menores (grupos de afinidade, grupos de tarefas) para a execução de diferentes atividades (forrageamento, patrulha do território, entre outras). Isso acontece apenas ocasionalmente entre gorilas, e acontece diariamente em todas as sociedades humanas, desde aquelas de caçadores-coletores às sociedades fóssil-industriais modernas.

Chimpanzés possuem uma sofisticada *teoria da mente* (Mithen, 2002). Isso significa dizer que são cognitivamente capazes de imaginar os estados mentais de outros chimpanzés a partir da análise de sua linguagem corporal, expressões faciais e vocalizações. Além disso, são capazes de registrar, processar e analisar informação a respeito das interações sociais entre membros do próprio grupo, incluindo ou não o próprio observador. Isso implica dizer que, como num verdadeiro “jogo de tronos”, os chimpanzés articulam suas estratégias de obtenção de *status* e privilégios levando em conta as alianças e inimizades entre terceiros. Para subir degraus na escala de prestígio social, chimpanzés formam alianças, a partir das quais lutam para demover outros indivíduos de suas posições de *status*. Uma vez obtida a vitória, todos os integrantes de uma aliança crescem em prestígio, ainda que mantenham as posições relativas entre si intactas.

Os processos de luta social entre dois ou mais chimpanzés são intensos, e não raro envolvem todos os membros de um grupo, que se posicionam como coadjuvantes na disputa interagindo com os competidores. O prêmio pela conquista de uma posição social relativa mais elevada é inequívoco: maiores oportunidades de reprodução, acesso privilegiado a recursos alimentares de maior valor nutricional, proteção contra o assédio promovido por terceiros. A disputa entre dois ou mais indivíduos frequentemente escala em direção à violência física, ainda que a maior parte dos esforços dos competidores gire em torno de aumentar sua base de apoio entre os membros do grupo por meio de

socialização e de práticas como o *grooming* (higienização e remoção de parasitas dos pelos e pele, o que é feito em revezamento entre dois indivíduos). Chimpanzés mais fortes e mais agressivos não são necessariamente os mais dominantes; o que determina o grau de dominância é a capacidade de articular uma ampla coalizão em torno de si.

O mais importante nos conflitos por *status* entre chimpanzés reside no fato de que sua intensidade e agonismo não resultam em violência letal, exceto em casos raros. Não há nada, a rigor, que pudesse impedir dois chimpanzés de lutarem até a morte por uma posição mais elevada na escala de *status*. Entretanto, quando o que está em jogo são as relações sociais internas ao grupo (*ingroup*), freios etológicos entram em ação inibindo expressivamente o comportamento que conduz à agressividade física extrema, limitando as ocasiões em que lesões resultantes de contato violento sejam graves a ponto de resultarem em morte. A expressão do comportamento prossocial voltado aos membros de um *ingroup* revela-se então como elemento decisivo para permitir que os conflitos de interesses individuais sejam resolvidos sem que os laços cooperativos sejam afetados de forma duradoura, nem tampouco o tamanho da população seja criticamente afetado. E, exceto por situações patológicas, os algoritmos cognitivos geradores de comportamento prossocial direcionado a membros reconhecidos do *ingroup* irão florescer e amadurecer ao longo da ontogenia de um indivíduo, sendo estimulados pela própria vivência social. Atuar de forma prossocial perante co-específicos em um mesmo grupo não é uma questão facultativa para chimpanzés: eles nascem e crescem sabendo o que fazer, em larga medida.

Assim emergem os mecanismos de controle social etológico entre chimpanzés, e temos muitas razões para assumir que tal portfólio comportamental foi transmitido desde o último ancestral comum para todas as espécies que dele derivaram, o que inclui não só *P. troglodytes*, mas também os bonobos (*Pan paniscus*) e homíninas como *Australopithecus* spp., *Homo* spp., entre outros. A etologia social produz *ingroups* (ou seja, coletivos de indivíduos unidos por laços de parentesco e/ou cooperação) de natureza hierárquica, cuja estabilidade é garantida por um conjunto de mecanismos inatos de prevenção da violência letal intragrupo. Desde o UAC, as sociedades homíninas (que incluem os chimpanzés) não são igualitárias no acesso a recursos energéticos e oportunidades de cópula, algo que é função do nível de *status* de um indivíduo tal como reconhecido por seus pares. No

entanto, entre chimpanzés, vemos que a disputa por prestígio não resulta em uma estrutura de distribuição de *status* cristalizada, inerte: as hierarquias sociais são altamente voláteis, o que implica dizer que há rotatividade nas posições de prestígio durante a existência de uma comunidade. Nenhum lócus de *status* é permanente entre chimpanzés, e podemos presumidamente defender que esse conjunto de regras de funcionamento do comportamento prossocial seja uma condição primitiva e compartilhada por todas as linhagens evolucionárias que derivaram do UAC, incluindo os humanos modernos.

A cognição social primata tem limites, contudo. E esses limites são dados fundamentalmente pela capacidade de processamento de relações sociais simultâneas. No caso dos chimpanzés (e presumidamente, de seu último ancestral comum com os humanos) isso significa dizer que, em determinadas condições de pressão demográfica, membros de um grupo tendem a ser incapazes de processar corretamente as informações a respeito do *status* corrente de terceiros, de suas interações prévias, de suas alianças e inimizades. Em suma, o excesso de informação a ser processada provoca comportamento patológico, na medida em que indivíduos passam a ser incapazes de reconhecer corretamente a posição hierárquica de alguns (ou muitos) outros indivíduos. É natural que, em caso de sobrecarga de informação dessa natureza, o grau de conflito interno escale, e que os mecanismos de prevenção da violência letal comecem a falhar. Lembremo-nos que o comportamento prossocial (hierarquia + fluidez de *status* + limites à agressividade física) é ativado na mente de um primata como um chimpanzé na circunstância em que interage com um membro cognitivamente identificado ao *ingroup*. Quando esse reconhecimento e o processamento de informações sociais apresenta funcionamento anômalo, conflitos com consequências letais se tornam mais prováveis.

Essa é a base para o perturbador comportamento entre chimpanzés (e, acreditamos, também no último ancestral comum com os humanos) que remete ao que poderíamos chamar de guerra. Quando a etologia prossocial falha, é comum que um grupo social se fragmente permanentemente em dois ou mais grupos, que passam a ocupar territórios separados. Com o passar do tempo, as interações sociais entre indivíduos pertencentes a grupos distintos vão se tornando mais raras, a ponto de não mais ocorrerem. Patrulhas regulares passam a ser executadas nos limites entre os territórios de dois ou mais grupos, e tão logo os sinais sensoriais da presença de um indivíduo “estrangeiro” são captados, a

tendência é de que a tropa em patrulha ataque com o único objetivo de eliminar fisicamente o oponente. Como os “estrangeiros” não são mais reconhecidos pela cognição social como parte do *ingroup* (e, portanto, não pertencem mais à pirâmide de distribuição de *status* que regula as relações entre membros de um mesmo grupo), os mecanismos inatos de prevenção da violência letal e de estabelecimento de hierarquias sociais não são ativados. É desse modo que as interações entre sociedades de chimpanzés diferentes resultam ou em ameaças ou em ataque com objetivo letal. Não existem tréguas, mecanismos de mediação ou “tratados de paz” nas relações entre distintos grupos de chimpanzés.

## O estadista como um primata social

A afirmação de que o estadista é um primata social pode ainda, em pleno século XXI, ferir a sensibilidade antropocêntrica de muitos analistas das relações internacionais. Muitos seguem ciosos de suas certezas a respeito da excepcionalidade humana, tal como vieram aprendendo com a filosofia moral e política ocidental desde pelo menos o século XVII. Não que *H. sapiens* não seja um primata *sui generis*, mas, ao fim, ao cabo, todas as espécies são *sui generis* à sua maneira. Sua distinção comportamental deve ser discutida, mas não sem antes que se reconheça que toda cultura simbólica, toda política, toda ciência e toda filosofia são fruto do funcionamento de uma arquitetura cognitiva produzida ao longo de milhões de anos a partir de variação, adaptação, fixação e replicação genéticas, de acordo com os princípios da seleção natural.

Parece exagerado ter de reafirmar essa ideia, mas não há explicação alternativa - ao menos em termos científicos - a respeito dos mecanismos que produziram a mente de *H. sapiens*. E se estamos lidando com a história evolucionária de estruturas comportamentais, morfoanatômicas ou bioquímicas, devemos de antemão reconhecer que a evolução por seleção natural não consiste em apagar um desenho para que se rabisque outro; antes, ela opera como uma colagem, na qual novas imagens são sobrepostas a imagens antigas. O produto da colagem não faz distinção entre o que é novidade e o que é antigo: o todo é, e precisa ser, funcional. Desse modo, os mecanismos etológicos herdados por *H. sapiens* de seu último ancestral comum com os chimpanzés, e compartilhados com esses últimos,

estão longe de serem primitivismos inadequados (algo, aliás, completamente sem sentido do ponto de vista da evolução das espécies). A etologia social humana é, antes de tudo, a base e elemento comum a toda pluralidade de fenômenos políticos, morais e éticos.

Mas é um fato que, em *H. sapiens*, os conteúdos etológicos (inatos, portanto) não se transformam em comportamento da mesma maneira que parece acontecer entre chimpanzés. É bastante provável, inclusive, que nenhuma outra espécie homínina (ou seja, pertencente às linhagens derivadas do ancestral comum das quais os humanos modernos fazem parte) tenha apresentado uma relação entre etologia e comportamento similar ao que vemos entre humanos modernos.

*H. sapiens* possui aquilo que Mithen (2002) denomina de *fluidez cognitiva*, algo que eu e alguns colegas temos chamado de *mente transdominial* (Barreiros, 2018; 2021; Barreiros & Vainfas, 2020; Barreiros & Sá, 2022). Não entrarei aqui nos detalhes a respeito do conceito, e minha sugestão é a de que os trabalhos citados sejam consultados pelo leitor interessado. Para os fins deste artigo, basta que se diga que, ao contrário do que ocorre entre as demais espécies primatas, os conteúdos etológicos presentes na mente humana manifestam-se na forma de arquétipos inconscientes, e não como elementos que conduzem diretamente à expressão de um comportamento. Esses arquétipos se manifestam intuitivamente e involuntariamente como modelos mentais, formas de enquadramento e imagens, adquirindo sentido e significados específicos a partir de seu emaranhamento com os fenômenos políticos, econômicos, sociais e culturais produzidos na curta, na média e na longa duração secular. Os mitos, objeto fundamental no pensamento de C. G. Jung (2015), podem ser uma expressão desse emaranhamento entre etologia e cultura.

A questão é que esses arquétipos inconscientes, capazes de enquadrar (ou mesmo sequestrar!) o exercício hermenêutico, fornecem quadros familiares capazes de direcionar decisivamente cursos de ação tidos por racionais, conscientes, volitivos e produto do livre arbítrio. Contudo, os arquétipos não determinam de forma estereotipada os processos mentais, e sim participam dele como *informação*, que é adicionada a um sistema cognitivo complexo. Essa informação intuitiva e inata, que é inserida involuntariamente num circuito de cognição e decisão, tem um poder substancial de conformar os produtos dos processos mentais humanos.

Ao contrário ainda do que ocorre entre primatas não humanos, a etologia humana manifesta-se como informação aplicada a contextos abertos. Entre chimpanzés, por exemplo, os processos etológicos são específicos quanto a propósito e objeto. Isso significa que determinados algoritmos cognitivos inatos são estimulados quando o organismo é exposto a um respectivo conteúdo sensorial ou interoceptivo. Por exemplo, o fortuito encontro de um bando de patrulha com um chimpanzé “estrangeiro” irá deflagrar um conjunto de reações emocionais que tornará os indivíduos do bando muito propensos à violência letal. O mesmo não se processa, por exemplo, caso um babuíno seja encontrado pela patrulha; ainda que determinadas espécies de babuínos possam competir com chimpanzés por alimentos, a reação a eles é menos agressiva, e certamente menos letal, do que a produzida pela identificação do “inimigo”.

Já entre os humanos, algoritmos cognitivos inatos podem ser ativados em circunstâncias diferentes e sensíveis à variação cultural. Isso seria o mesmo que dizer que *H. sapiens* possui em sua arquitetura mental modelos e algoritmos cognitivo-comportamentais inatos, muitos deles herdados desde o último ancestral comum com os chimpanzés, mas que se inserem como informação nos circuitos cognitivos e decisórios mediante estímulos diversos e altamente sensíveis aos condicionantes culturais.

Dessa forma, o conjunto de processos mentais que levou espécies primatas desde o último ancestral comum a dirigirem comportamento prossocial aos membros de um *ingroup*, ao mesmo tempo em que suprimiam a violência letal em suas lutas por posições de *status*, habita a mente de *H. sapiens* na forma de um “arquétipo da paz”. Ao mesmo tempo, o comportamento coalizacional e a suspensão dos freios etológicos no que tange a violência letal, na circunstância de encontros entre membros de diferentes comunidades, habitam a mente dos humanos modernos na condição de um “arquétipo da guerra”. Entre humanos, como já dito, esses arquétipos podem ser ativados por diferentes estímulos, e podem orientar inconscientemente a cognição e a mediação de relações de todo o tipo.

Por exemplo, não é raro que o arquétipo da guerra se manifeste inconscientemente para dar sentido a situações que nada têm a ver com a violência letal entre dois coletivos humanos: “combater” uma doença em uma ação de saúde pública é o mesmo que atribuir significado a uma epidemia na forma de um desafio a ser enfrentado de maneira coalizacional, e sem qualquer tolerância no que diz respeito ao inimigo. Não se busca

“combater” uma doença com o intuito de “disputar *status*” com essa entidade: a total eliminação física do oponente é única expectativa etológica produzida por esse arquétipo.

Já os processos etológicos que conduzem à violência coalizacional letal entre chimpanzés são propósito e objeto-específicos: ativam-se apenas mediante um conjunto limitado de estímulos sensoriais e interoceptivos.

Assim, entendemos que nas circunstâncias da formulação dos termos que deram substância ao Concerto Europeu, especialmente durante as negociações de paz de Viena (1814-1815), os estadistas, enquanto primatas sociais, foram fortemente impactados pela manifestação inconsciente de arquétipos relacionados aos temas supracitados. Acreditamos que parte substancial da instabilidade enfrentada pelo Concerto já em seus primeiros cinco anos (com as revoluções na Espanha, em Nápoles e na Grécia) se deveu a uma incompatibilidade evolucionária (Li et al., 2018) entre as instituições do sistema, produzidas mediante as circunstâncias culturais, políticas e geopolíticas da Europa pós-napoleônica, e as expectativas etológicas produzidas pelo enquadramento do sistema nos modelos do arquétipo da paz. Essa incompatibilidade cognitiva teria sido um fenômeno decisivo ao condicionar, de forma inconsciente, tanto a modelagem do sistema quanto a tomada de decisão por parte dos estadistas envolvidos.

## **A ordem pós-napoleônica e a incompatibilidade evolucionária**

O Concerto Europeu, nascido do Congresso de Viena de 1814-1815, consolidou-se como um sistema de relações internacionais fundamentado no equilíbrio de poder, estabelecendo um período de relativa estabilidade entre as principais potências europeias até pelo menos 1853, com a Guerra da Criméia. Áustria, Prússia, Rússia e Reino Unido buscaram a construção de um regime de coerção e controle voltado a impedir transformações geopolíticas decorrentes de processos revolucionários ou de conquistas territoriais nas disputas entre estados europeus. O Congresso de Viena estabeleceu uma série de princípios e acordos que moldaram a ordem política e territorial da Europa por muitas décadas, a partir da prática da “diplomacia por conferências”: procedimentos de

discussão e deliberação não vinculante entre as quatro grandes potências europeias, promovidos regularmente. Esses mecanismos foram empregados no esforço de restaurar monarquias, ajustar fronteiras e criar um equilíbrio de poder que evitasse a hegemonia de uma única grande potência (Kissinger, 1994).

O Concerto Europeu foi descrito pelos estadistas que o protagonizaram como resultado de um “espírito de solidariedade europeia”, e como expressão de uma “comunidade de interesses” entre as nações da Europa (Elrod, 1976; Ghervas, 2015; Kissinger, 1957; Nicholson, 2000). Por mais que soem como mero palavreado diplomático, essas expressões podem ser sintomas da operação de mecanismos cognitivos específicos na concepção e modelagem da arquitetura do sistema. Elas podem ser pistas de que os estadistas e diplomatas, por motivos especificamente ligados ao momento histórico do pós-guerra, enquadravam inconscientemente as relações intra-europeias nos limites do arquétipo da paz.

Isso pode parecer algo apropriado e lógico, tendo em vista que o objetivo manifesto do Concerto Europeu era o de promover um equilíbrio de poder efetivo e, desse modo, prevenir empreitadas militares com intuítos separatistas ou anexionistas. Contudo, aspectos específicos do arcabouço edificado para garantir esses objetivos contrariavam de modo contundente as expectativas etológicas dos agentes humanos envolvidos na operação do Concerto. A contradição entre essas expectativas inconscientes (e que decorrem da ativação do arquétipo da paz) e o modo como as relações entre as potências europeias efetivamente se desenvolveram (o que envolve outros vetores causais para além da etologia humana) muito provavelmente aumentou, entre os estadistas e diplomatas, a frequência de estados emocionais de incerteza, insegurança e desconfiança quanto à efetividade dos termos definidos em Viena e nas conferências seguintes. Acredito que o efeito desses estados mentais no tempo, considerados em sua dimensão de psicologia coletiva, tenham provocado um impacto decisivo nas sucessivas decisões de política externa que minaram o Concerto Europeu, uma após outra.

Vejamos então em que se basearia a incompatibilidade evolucionária entre os princípios organizadores do equilíbrio de poder na Europa pós-napoleônica, e os conteúdos arquetípicos inconscientes que pareciam orientar mais um episódio nas reiteradas tentativas europeias de alcançar a dita “paz perpétua”.

Em linhas gerais, entendo que duas simulações mentais permearam as formulações dos estadistas europeus durante o Congresso de Viena e nas conferências seguintes. Essas simulações, ainda que de algum modo contraditórias entre si, se sobrepunham como pano de fundo inconsciente da tomada de decisão dos atores.

A primeira delas concebia as quatro grandes potências vencedoras da guerra contra a França como indivíduos pertencentes a um mesmo *ingroup*. Num exercício de antropomorfização de comunidades imaginadas, os estadistas austríacos, prussianos, britânicos e russos entendiam subliminarmente seus países como humanos em um coletivo social cooperativo e permanente. Alguns elementos nas relações entre Londres, Viena, Berlim e São Petersburgo corroboram a tese de que o arquétipo da paz operava em segundo plano, nos recônditos do inconsciente coletivo de estadistas e diplomatas:

a) Diplomacia e procedimentos formais buscando a superação dos conflitos de interesses: entendia-se a inevitabilidade dos choques de agendas dos estados integrantes do grupo de quatro potências, mas se buscava uma forma de resolução pacífica (não militar) dessas querelas. Essa narrativa categorizava instituições e procedimentos típicos do século XIX europeu (ligados à prática da diplomacia) como *proxies* para uma poderosa imagem arquetípica: a vida social em um *ingroup*, marcada simultaneamente pela competição e pela cooperação, e na qual a resolução de conflitos acontece sob o signo da ativação de freios etológicos para a prevenção de violência letal. Nesse caso, a guerra interestatal era tomada como *proxy* para a violência letal intragrupo, embora os dois fenômenos difiram substancialmente.

b) O estabelecimento de procedimentos semi-formais nas relações entre os estados de modo a evitar ofender sensibilidades patrióticas mútuas: as identidades nacionais eram inconscientemente entendidas como fator de contorno dos entes constitutivos da comunidade das grandes potências, e eram o *proxy* para simular a condição de “indivíduos” de cada um dos estados componentes do *ingroup*.

c) A noção de que as quatro grandes potências compunham um “grupo especial de pares” definido em torno de três eixos identitários: sua condição de europeus, de cristãos, e de “civilizados”. Tal como a nacionalidade era fator de contorno para a imaginação de entes constitutivos da comunidade de potências, os três eixos identitários produziam, em um nível mais geral, a imagem da própria comunidade de potências como um *ingroup* composto por coespecíficos, cujas posições hierárquicas são distribuídas numa mesma pirâmide de *status*.

A segunda simulação mental inconsciente remetia a um nível ainda mais geral na imaginação heurística dos estadistas e diplomatas: nela, as quatro grandes potências não mais apareciam em sua condição de indivíduos; mas sim como um ente único. As idiosincrasias de cada uma das potências eram diluídas nesse percurso imaginativo, sobressaindo a condição unitária do conjunto - diferentemente da imagem do “corpo político” hobbesiano, consagrada no frontispício da primeira edição de *O Leviatã*, em que a hierarquia entre as partes é clara, com o monarca imaginado na condição de cabeça que governa as ações, e os súditos como os membros que as executam (Bredenkamp, 2020, pp. 4-7). Essa entidade emergente, composta da interação entre pares que se diluem em sua europeidade, cristandade e civilidade, era então concebida como parte de um *ingroup* maior, composto pelos demais estados europeus (igualmente entendidos como agentes individuais). Nesse *ingroup* emergente, o ente chamado “Quatro Grandes Potências” exerceria o cuidado, o zelo e manteria a paz e a ordem. Isso incluiria um apelo à “responsabilidade coletiva” de todos os membros dessa comunidade, bem como o exercício de dissuasão moral, com a exigência de comportamento legítimo e apropriado dos demais “indivíduos”.

Por que, então, o Concerto Europeu e seus desdobramentos diplomáticos acabaram se revelando um fracasso socioetológico? No escopo da primeira simulação mental, em que as quatro grandes potências são entendidas como agentes individuais em um *ingroup*, os mecanismos diplomáticos e os procedimentos formais e informais voltados a mediar conflitos funcionavam como gatilhos, como informação potencialmente capaz de ativar formas de enquadramento prossocial para as relações intragrupo. Não obstante, um elemento de origem institucional, originado na média duração conjuntural, funcionava como interferência, como sinal dissonante: a expectativa de que o objetivo da diplomacia por conferências fosse impedir toda e qualquer disputa de *status* entre as grandes potências (que assumiam, na cognição social, a imagem de indivíduos). Através da “política das compensações”, esperava-se que quaisquer eventuais ganhos territoriais de um estado sobre outro, decorrentes de negociações, devessem ser compensados por meio de cessão territorial no sentido inverso, em privilégio do estado inicialmente prejudicado. Isso significava que a arquitetura do sistema foi institucionalmente montada com o intuito impedir quaisquer alterações nas posições de *status* relativas entre os componentes desse *ingroup*.

Ainda que o objetivo declarado fosse o de equilibrar as relações de poder e garantir que nenhum estado se sentisse injustiçado a ponto de apelar para a justiça retributiva (na forma de vingança), a consequência para os agentes humanos operando o sistema foi a de produzir algo como uma dissonância cognitiva (Festinger, 1957; Cooper, 2007). O arquétipo da paz produz a expectativa inconsciente de que não apenas emoções e comportamento prossocial serão dirigidos aos pares em um *ingroup*, mas também de que a própria vida social entre pares supõe o potencial de fluidez e de rotatividade das posições de *status*. Um sistema que cristalizava o *status quo* entre as potências enfrentava imensas dificuldades de ser cognitivamente processado a partir do arquétipo da paz; e na ausência da mera possibilidade da circulação de *status*, o enquadramento das relações entre potências nos marcos de relações prossociais tornava-se penoso.

Como é próprio das dissonâncias cognitivas, os agentes percebem uma incompatibilidade entre expectativas (nesse caso, etológicas) e o ambiente, o que provoca desconforto mental ou emocional. Não raro, humanos executam verdadeiras acrobacias interpretativas de modo a minimizar essas contradições; isso é algo que, se pode ser bem sucedido no curto prazo, provavelmente não o será diante de reiterados confrontos entre expectativas e o ambiente no médio-longo prazo. Desse modo, com o passar do tempo, na impossibilidade de circulação de *status*, o conjunto formado pelas quatro grandes potências era cada vez menos imaginado pelos estadistas e diplomatas nos marcos de um *ingroup*, o que enfraquecia seu compromisso com a resolução diplomática de conflitos (fenômeno sociopolítico que cumpria o papel de *proxy* para o comportamento prossocial naquela simulação mental).

Já no âmbito da segunda simulação mental, em que as quatro grandes potências eram imaginadas como um ente unificado, uma dissonância cognitiva também era produzida. Ao serem imaginadas as quatro grandes potências como uma única entidade, e os demais estados europeus como indivíduos, as expectativas de comportamento prossocial baseadas na simulação de que todos compunham um *ingroup* eram perturbadas pelo fato de que esse ente emergente composto por Rússia, Prússia, Áustria e Reino Unido se comportava como se pertencesse permanentemente ao topo da hierarquia de *status* intragrupo, e, portanto, não competisse por prestígio e influência com os demais. O poder geopolítico e militar assimétrico exercido pelas quatro grandes potências, e a prática da

intervenção coletiva para impedir qualquer mudança no *status* relativo das demais nações europeias instava as potências menores a renunciar a parte expressiva de suas agendas de fortalecimento nacional, o que não raro afetava a legitimidade das elites políticas locais.

Nesses termos, e pelas mesmas razões que tornavam a primeira simulação cognitivamente dissonante, os estadistas e diplomatas representantes das potências menores encontravam limites para enquadrar a Europa como uma comunidade. Um sistema que visava impedir a mobilidade relativa de *status* entre seus integrantes enfrentaria dificuldades para ser compreendido como o *proxy* de um verdadeiro *ingroup*. A revolução grega de 1821 talvez tenha sido o primeiro sintoma de que atores políticos entre as nações “menores” não estavam particularmente motivados pela ativação arquetípica subliminar associada aos termos do Concerto Europeu.

## Considerações finais

Ainda que aceitemos como hipótese que a luta pelo poder entre os estados no sistema internacional poderá envolver políticas racionalmente desenhadas com o fito de maximizar retornos a partir de objetivos previamente determinados, deve-se ressaltar que, tanto na execução quanto na concepção dos objetivos, os agentes humanos se manifestam em sua integralidade multi-duracional. Ela envolve as histórias particulares desses agentes, a conjuntura política, econômica e social em que vivem, os quadros mentais, institucionais e os sistemas econômicos produzidos na *longue durée*, e, principalmente para os fins deste estudo, sua condição de primatas sociais, com uma longuíssima história cognitiva evolucionária. Algoritmos cognitivos e comportamentais relacionados à inteligência social - e, portanto, ao exercício da política - vêm sendo compartilhados entre duas extensas linhagens evolucionárias, das quais as espécies do gênero *Pan* e *Homo* são integrantes. Em *H. sapiens*, esses conteúdos inatos operam constantemente em um pano de fundo inconsciente (compartilhado por todos os humanos), que introduz sinais involuntários em um circuito de cognição e tomada de decisão complexo, envolvendo diferentes instâncias da mente-corpo. O emprego de imagens arquetípicas inatas na atribuição de sentido é objeto da psicologia complexa, e consiste de um fenômeno relevante. Pretendemos enfatizar a relevância deste tema ao resgatar os elementos

arquetípicos inerentes à concepção do Concerto Europeu. Ao mesmo tempo, advogamos em prol de uma abordagem transdisciplinar nos estudos de relações internacionais, visando a consiliência e buscando contribuir para estreitar o hiato historicamente estabelecido entre as ciências humanas e as ciências naturais.

## Referências bibliográficas

Barreiros, D. (2018). Warfare, Ethics, Ethology: Evolutionary fundamentals for conflict and cooperation in the lineage of Man. *Journal of Big History*, 2(2), 19-36. <https://doi.org/10.22339/jbh.v2i2.2300>

Barreiros, D. (2021). Ecologia, evolução e paz social. In J. L. Fiori (Ed). *Sobre a Paz* (pp. 31-57). Petrópolis: Vozes.

Barreiros, D. & Sá, B. (2022). A questão da propriedade e da troca: cognição, comportamento e evolução humana. *Textos para Discussão do Instituto de Economia da UFRJ*, 29. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.20338.58566>

Barreiros, D., & Vainfas, D. (2020). Cognition, Human Evolution and the possibilities for an Ethics of Warfare and Peace. *Social Evolution & History*, 19(2), 47-67. <https://doi.org/10.30884/seh/2020.02.03>

Braudel, F. (2009). *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva.

Bredenkamp, H. (2020). *Leviathan: body politic as a visual strategy in the work of Thomas Hobbes*. Berlim: De Gruyter.

Christian, D. (2005). Macrohistory: the play of scales. *Social Evolution & History*, 4(1), 22–59.

Christian, D. (2018). *Origin Story: a big history of everything*. London: Allen Lane.

Cohen, M. (2017). Live and learn: availability biases and beliefs about military power. *Foreign Policy Analysis*, 13 (4), 968-985. <https://doi.org/10.1093/fpa/orw050>

Cooper, J. (2007). *Cognitive Dissonance: fifty years of a classic theory*. Londres: Sage.

Crumley, C. (2006). Historical Ecology: integrated thinking at multiple temporal and spatial scales. In A. Hornborg & C. Crumley (Eds). *The World System and the Earth System: global socioenvironmental change and sustainability since the Neolithic* (pp. 15-28). Walnut Creek: Left Coast Press.

Ebel, H., Davidsen, J., & Bornholdt, S. (2002). Dynamics of social networks. *Complexity*, 8(2), 24–27. <https://doi.org/10.1002/cplx.10066>

Eibl-Eibesfeldt, I. (1979). Human ethology: Concepts and implications for the sciences of man. *Behavioral and Brain Sciences*, 2(1), 1-26. <https://doi.org/10.1017/S0140525X00060416>

Elrod, R. B. (1976). The Concert of Europe: A fresh look at an international system. *World Politics*, 28(2), 159–174. <https://doi.org/10.2307/2009888>

Festinger, L. (1957). *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford: Stanford University Press.

Ghervas, S. (2015). The long shadow of the Congress of Vienna: from international peace to domestic disorders. *Journal of Modern European History*, 13(4), 458–463. <https://doi.org/10.17104/1611-8944-2015-4-458>.

Grinin, L., & Korotayev, A. (2009). Social macroevolution: growth of the world system integrity and a system of phase transitions. *World Futures: The Journal of New Paradigm Research*, 65(7), 477–506. <https://doi.org/10.1080/02604020902733348>

Hagan, J. (2001). Does decision making matter? Systemic assumptions vs. historical reality in international relations theory. *International Studies Review*, 3(2), 5-46. <https://www.jstor.org/stable/3186564>.

Hodgson, G. M. (2000). The concept of emergence in Social Sciences: Its history and importance. *Emergence*, 2(4), 65–77. [https://doi.org/10.1207/s15327000em0204\\_08](https://doi.org/10.1207/s15327000em0204_08)

Jung, C. G. (2015). *O Eu e o Inconsciente*. Petrópolis: Vozes.

Kertzer, J. D., Rathbun, B. C., & Rathbun, N. S. (2019). The price of peace: motivated reasoning and costly signaling in international relations. *International Organization*, 74(1), 95–118. <https://doi.org/10.1017/s0020818319000328>

Kingstone, A., Smilek, D., & Eastwood, J. D. (2008). Cognitive Ethology: A new approach for studying human cognition. *British Journal of Psychology*, 99(3), 317–340. <https://doi.org/10.1348/000712607x251243>

Kissinger, H. (1994). *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster.

Kissinger, H. (1957). *A world restored: Metternich, Castlereagh, and the problems of peace, 1812-22*. Boston: Houghton Mifflin Company.

- Li, N. P., Van Vugt, M., & Colarelli, S. M. (2017). The Evolutionary Mismatch Hypothesis: Implications for Psychological Science. *Current Directions in Psychological Science*, 27(1), 38–44. <https://doi.org/10.1177/0963721417731378>
- Mithen, S. (2002). *A Pré-História da Mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Unesp.
- Morgenthau, H. (1948). *Politics among Nations: The struggle for power and peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Nicolson, H. (2000). *The Congress of Vienna: a study in allied unity, 1812-1822*. Nova Iorque: Grove Press.
- Pinker, S. (2004). *The Blank Slate: The modern denial of human nature*. Nova Iorque: Viking.
- Renouvin, P. & Duroselle, J-B. (1967). *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Rösch, F. (2013). The human condition of politics: considering the legacy of Hans J. Morgenthau for international relations. *Journal of International Political Theory*, 9(1), 1-21. <https://doi.org/10.3366/jipt.2013.0041>
- Rosenau, P. (1990). Once again into the fray: International relations confronts the humanities. *Millennium*, 19(1), 83-110. <https://doi.org/10.1177/03058298900190010701>
- Schmitt, A., Atzwanger, K., Grammer, K., & Schäfer, K. (Eds.). (1997). *New aspects of human ethology*. New York: Plenum Press.
- Snidal, D. (2013). Rational choice and international relations. In W. Carlsnaes; T. Risse & B. Simmons (Eds.). *Handbook of International Relations* (pp. 85-111). Nova Iorque: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781446247587>
- Soon, C. S., Braß, M., Heinze, H., & Haynes, J. (2008). Unconscious determinants of free decisions in the human brain. *Nature Neuroscience*, 11(5), 543–545. <https://doi.org/10.1038/nn.2112>
- Spier, F. (2008). Big history: the emergence of a novel interdisciplinary approach. *Interdisciplinary Science Reviews*, 33(2), 141–152. <https://doi.org/10.1179/030801808x259754>

Waltz, K. (1993). The Emerging Structure of International Politics. *International Security*, 18(2), 44-79.

Waltz, K. (2018). *Man, the State, and War: a theoretical analysis*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Williams, M. (2005). *The Realist Tradition and the Limits of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.